



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br

REQUERIMENTO

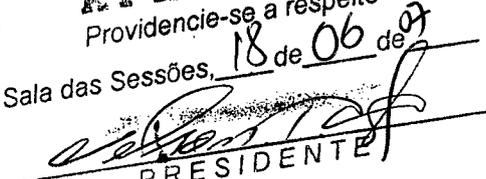
Nº 231/2007

MOCÃO DE APOIO

APROVADO

Providencie-se a respeito

Sala das Sessões, 18 de 06 de 07


PRESIDENTE

Senhor Presidente,
Nobres Pares,

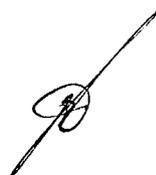
“A citricultura é um setor cujo PIB ultrapassa US\$ 7 bilhões, gerando exportação de mais de US\$ 1,5 bilhão, mantém mais de 400 mil empregos e é, em muitos casos, a atividade mais relevante de 320 Municípios Paulistas e 11 de Minas Gerais”.

Considerando que Membros da ASSOCITRUS – Associação Brasileira dos Citricultores vieram até estes Vereadores descrevendo a difícil situação que atravessam os pequenos produtores;

Considerando que 90% (noventa por cento) dos citricultores têm pequenas propriedades, fato que se enquadra na política do Governo Federal que prestigia a agricultura familiar;

Considerando que, apesar de ser a citricultura uma atividade que pode ser altamente lucrativa e geradora de emprego, o que está ocorrendo é uma desatenção à cultura por parte do Governo Federal, o que tem levado os produtores a buscar outras alternativas de produção;

Considerando que algumas empresas compradoras de laranja formaram cartel por combinarem preço na compra da fruta, prejudicando o produtor, sobretudo o pequeno produtor, que ficou sem poder de negociação, sujeitando-se ao preço das compradoras;





CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br

Isto posto, *requeremos* à Mesa, pelos meios regimentais, após beneplácito dos Nobres Pares, seja aprovada a presente *Moção de Apoio*, e encaminhada ao Excelentíssimo Senhor *Deputado Federal Antonio Adolpho Lobbe Neto*, para que interceda pela citricultura e envie esforços para se criar medidas estruturais e políticas públicas ao setor cítrico, visando a pacificação e desenvolvimento da cultura e as exportações brasileiras no setor, bem assim a manutenção de milhares de empregos.

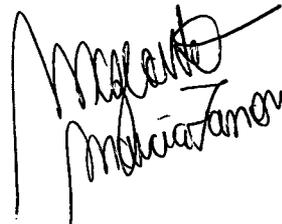
Requeremos, ainda, que cópia da presente seja encaminhada para ciência do presente ao Presidente da Associação Brasileira dos Citricultores – ASSOCITROS, Ilustríssimo Senhor Flávio de Carvalho Pinto Viegas e ao Presidente do Sindicato Rural de Pirassununga, Ilustríssimo Senhor Pedro Aparecido Tonetti.

Sala das Sessões, 18 de junho de 2007.


Wallace Ananias de Freitas Bruno
Vereador


Cristina Aparecida Batista
Vereadora

VA com n 08





Segunda-Feira, 18 de Junho de 2007

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CITRICULTORES

Faça da Associtrus sua home | Adicionar aos Favoritos

14:33:09

- Associtrus?
- Associe-se**
- Artigos
- Anuncie
- Contato
- Classificados
- Diretoria
- Conselho
- Downloads
- Eventos
- Links
- Saúde
- Seção Técnica
- Notícias
- News
- Parceiros
- Tabela de Preço **CEPEA**

citriculturas

14/06/2007

Presidente da Associtrus presta depoimento na comissão.

Presidente da Associtrus presta depoimento na comissão que analisa as alterações no Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

Deputados apóiam propostas defendidas pela associação.

Citricultores de diversas regiões do país acompanharam a audiência.

Os prejuízos causados pela cartelização do setor de suco de laranja, com a expulsão de mais de vinte mil produtores do segmento, o emprobecimento das regiões cítricas e a falta de transparência nos preços praticados no mercado, foi a base do depoimento do presidente da Associtrus, Flávio Viegas, na comissão que analisa as alterações no SBDC.

Presidida pelo deputado Silvinho Peccioli (PFL/SP) e com a presença dos deputados Marco Aurélio Ubiali (PSB/SP), Mendes Thame (PSDB/SP) e Guilherme Campos (PFL/SP), a comissão se mostrou disposta a trabalhar por modificações que permitam o estabelecimento de relações mais justas na cadeia citrícola. "Sabemos do sofrimento dos produtores e dos prejuízos amargados pelo país com a cartelização do setor da laranja", observa Ubiali.

Flávio Viegas sugeriu medidas que deverão ser adotadas, caso a comissão possibilite acordos com empresas investigadas por formação de cartel. Dentre as sugestões: que os acordos de cessação de conduta exijam o reconhecimento de culpa das empresas e promovam a reparação às vítimas; que as penalidades não se limitem às multas, mas em mudanças estruturais que reduzam o poder dos cartéis; a instalação de Vara Federais e Câmaras de Julgamento especializadas em Direito Concorrencial, etc.

O deputado Mendes Thame reforçou o papel primordial do Cade na eventual elaboração de acordo para pôr fim às investigações do cartel da laranja e observou as perdas trazidas pelo cartel ao setor produtivo e ao país. Guilherme Campos e Silvinho Peccioli concordaram com Thame e destacaram suas posições em defesa das melhorias das condições do setor produtivo.

O presidente da Amcisp (Associação dos Municípios Citrícolas), Kal Machado, acredita que a audiência foi válida, apesar da não participação dos deputados da base governista. "Os deputados que compõem a bancada governista fugiram com medo de encarar os citricultores e assumirem responsabilidades com o setor produtivo", destacou.

O deputado Mendes Thame prometeu trabalhar para que sejam realizadas algumas mudanças no regimento da comissão, com o objetivo de inserir no SBDC as emendas apresentadas pela Associtrus, e para anular a votação da alteração da Lei do Cade, inserida pelo governo na MP 340-2006, que trata de

PREVISÃO

E a sua cidade como está o tempo? Consulte agora.

Forma da pesquisa

Cidade-Estado

no tempo



Chuvas? Furacões? Sol? Situação de Flórida por Satélite. Clique aqui

Enquete

A indústria cum o acordo da Fae aumento de anc contrato?

SIM

NÃO

A indústria i acordo da F.

ACCESS

Tel: (17)

Fax: (17)

Downloads

- Ofício nº 088 / SPA
Assunto: Avaliações e sugestões de políticas para o agronegócio - Plano Agrícola e Pecuário 2007/2008
- Informativo Associtrus - Junho/2006
- Palestra - Semana da Citricultura 2006 - Cordeirópolis

alíquotas do Imposto de Renda e de redução de CPMF.

O presidente da Associtrus destacou a presença dos citricultores e o apoio dos deputados. "A audiência foi positiva, principalmente pelo apoio dos citricultores. A nossa presença em Brasília foi importante e acredito que dará frutos significativos", finaliza Flávio Viegas.

Corpo a corpo - Os produtores aproveitaram a visita a Brasília para entregar aos deputados um carta, na qual é traçado um histórico dos prejuízos trazidos pelo cartel ao longo de 15 anos, e o Informativo Associtrus, com as últimas notícias do setor e do trabalho da associação.

Legendas - FOTOS

1- Representantes de diversas regiões citrícolas acompanharam o depoimento de Flávio Viegas.

2- O presidente da Associtrus, Flávio Viegas, e o deputado Silvinho Peccioli.

ASSOCITRUS



Presidente da Associtrus presta depoimento na comissão.

[< Voltar](#)

Indique esta notícia:

Seu nome:

Nome amigo:

E-mail amigo:

Enviar

Total do dia: 226

Total: 112.751

Site atualizado: 1

Segunda-Feira, 18 de Junho de 2007

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CITRICULTORES

Faça da Associtrus sua home | Adicionar aos Favoritos

14:33:59

Associtrus?

Associe-se

Artigos

Anuncie

Contato

Classificados

Diretoria

Conselho

Downloads

Eventos

Links

Saúde

Seção Técnica

Notícias

News

Parceiros

Tabela de Preço **CEPEA**

citriculturas

07/06/2007

MP autoriza na segunda-feira a encerrar

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do Ministério da Justiça poderá, a partir de agora, fechar acordos com empresas para encerrar investigações de cartel. Pelos acordos, as empresas pagam multas milionárias e, com isso, ficam livres das investigações. A possibilidade de o Cade negociar com as empresas está prevista na Lei 11.482, aprovada no dia 29 de maio pelo Congresso e sancionada no dia 31 pelo presidente Lula.

Era, na verdade, a conversão da Medida Provisória nº 340, que tratava de alterações na tabela do Imposto de Renda da pessoa física e da redução a zero da alíquota da CPMF em casos específicos. Mas o governo acrescentou ao texto da MP um artigo alterando a legislação de defesa da concorrência para permitir acordos entre o Cade e empresas suspeitas de cartel.

A nova lei deverá revolucionar a defesa da concorrência no Brasil. Hoje, há 350 investigações de cartéis na Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça. São processos que demoram no mínimo dois anos para serem julgados pelo Cade e, depois, ainda sofrem a contestação das empresas no Judiciário, o que pode durar mais de uma década.

A partir da lei 11.482, porém, as empresas desses setores poderão procurar as autoridades para encerrar o processo imediatamente e, com isso, evitar o desgaste de serem processadas por anos pelas autoridades de defesa da concorrência do Brasil. "Para nós, essa legislação é um divisor de águas", disse Ana Paula Martinez, diretora do Departamento de Proteção e Defesa Econômica (DPDE), órgão responsável por processos antitruste na SDE. Ela explicou que pode parecer contraditório o governo assinar acordos com empresas suspeitas de infrações. Mas existem vários incentivos para esse tipo de acordo, como: obter a punição imediata das empresas, encerrar a prática de cartel e concluir processos que demoram até dez anos para terem um desfecho.

As multas, chamadas tecnicamente na lei de "contribuições pecuniárias", terão o piso de 1% do faturamento das empresas, mas poderão até ultrapassar o teto previsto na Lei do Cade (nº 8.884), que é de 30% do faturamento. Ana Paula afirmou que as empresas podem até optar por pagar mais do que esse teto justamente para desvencilharem a sua imagem do cartel.

A nova lei surge no momento em que as autoridades batem recordes em investigações de cartel. Somente neste ano foram cumpridos 38 mandados de busca e apreensão contra empresas suspeitas de cartelização em setores importantes da economia, como cimento, energia elétrica, gases industriais e transporte de cargas aéreas. É mais do que a soma dos últimos quatro anos. No ano passado, foram 19 mandados. E entre 2003 e 2005, quando começaram as ações de busca e apreensão em sedes de empresas, foram 11 mandados.

Enquete

A indústria cum o acordo da Fae aumento de anc contrato?

SIM

NÃO

A indústria i acordo da F

PREVISÃO

E a sua cidade como está o tempo? Consulte agora.

Forma da pesquisa

Cidade-Estado

no tempo



Chuvas? Furacões? Sol? Situação de Flórida por Satélite. Clique aqui

Downloads

- Informativo Associtrus - Junho/2006
- Palestra - Semana da Citricultura 2006 - Cordeirópolis
- Palestra Associtrus

A expectativa é que a possibilidade de acordos com o Cade seja bem recebida no setor privado. "Essa é uma alteração que surgiu da percepção, tanto das empresas, quanto das autoridades, de que o processo é pior para ambas as partes", disse a advogada Barbara Rosenberg, ex-diretora do DPDE e, hoje, sócia do escritório Barbosa, Müssnich & Aragão. "Sabemos que os processos de cartel demoram muito tempo, e, muitas vezes, as empresas querem resolver o problema: pagar a multa e encerrar o caso", explicou. "Agora, as empresas e o governo terão a possibilidade de não mais aguardar a conclusão integral dos processos."

No setor de laranja, o Cade tentou, no ano passado, assinar um acordo pelo qual as principais indústrias de suco do país (Montecitrus, Coinbra, Cutrale e Citrovida) pagariam R\$ 100 milhões em troca do encerramento das investigações de cartel no setor. Mas os próprios conselheiros resolveram recuar após concluírem que não existia, na época, lei estabelecendo acordos com as empresas em casos de cartéis. A presidente do Cade, Elizabeth Farina, pediu, durante o julgamento, a criação de um mecanismo legal para permitir acordos desse tipo. Ela concluiu que a legislação brasileira vedava esses acordos. Agora, o Cade e as indústrias de suco poderão retomar as negociações. O mesmo vale para outros setores que estão sendo investigados por cartel: representantes das empresas podem procurar o Cade para tentar um acordo.

O caso da laranja mostra como as investigações de cartel podem demorar no Judiciário. As empresas sofreram uma ação de busca e apreensão em janeiro de 2006, na qual foram coletados mais de 30 sacos de lixo de 100 litros em documentos, além de computadores, disquetes e CPUs indicando a existência de um cartel. Mas, até hoje a SDE não conseguiu analisar as provas devido a liminares concedidas pela Justiça. Uma dessas liminares foi cassada há dois meses. Mas, na prática, nada mudou nas investigações porque o governo ainda não foi intimado da decisão e, por isso, não teve acesso às provas. Este é um dos processos que, mesmo com provas robustas, deve demorar dez anos para ser concluído se não for feito um acordo prévio entre as empresas e as autoridades.

Foto - Ruy Baron/Valor

Legenda Foto - Ana Paula Martinez, do Departamento de Proteção e Defesa Econômica: "Para nós, essa legislação é um divisor de águas"

[Voltar](#)

Indique esta notícia:

Seu nome:

Nome amigo:

E-mail amigo:

Enviar

Total do dia: 226

Total: 112.751

Site atualizado: 1